

Crise ecológica e desterroação do trabalho embarcado no Pantanal Sul-Mato-Grossense

Tatiane Aparecida Dreger de Souza Fernandes  

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, Brasil.

e-mail: fernandes.dreger@gmail.com

Antonio Thomaz Junior  

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.

e-mail: thomaz.jr@unesp.br

Thiago Araujo Santos  

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, Brasil.

e-mail: thiago.a@ufms.br

Resumo

Embora frequentemente abordadas a partir de seus efeitos ambientais e das alterações nas paisagens, as mudanças climáticas constituem, em essência, uma manifestação da crise estrutural do capital. Essa crise se materializa em fenômenos como secas, queimadas, escassez de recursos e degradação dos solos. No Pantanal Sul-Mato-Grossense, o trabalho embarcado exercido por pescadores, isqueiros, pilotos e comandantes de chalana, tem sido profundamente afetado por esse processo. O objetivo deste trabalho é problematizar a hipótese de que a chamada “mudanças climáticas” constitui uma manifestação da própria crise do capital, instrumentalizada como forma de dominação e expulsão simbólica e material dos trabalhadores embarcados e que aqui a compreendemos enquanto crise ecológica. A pesquisa, fundamentada no materialismo histórico-dialético, utilizou revisão bibliográfica, análise de dados climáticos e de uso e ocupação da terra, além de trabalho de campo realizado entre 2022 e 2023 na Comunidade Passo do Lontra (Corumbá-MS), recorte espacial deste estudo. Identificou-se que os conflitos pela água e pela terra, a precarização laboral e a degradação ambiental estão profundamente entrelaçadas. Nesse contexto, a crise ecológica atua como força de desterroamento, rompendo vínculos entre natureza, trabalho e comunidade, e aprofundando as desigualdades que atingem aqueles que vivem e resistem nesses territórios.

Palavras-chave: Trabalho embarcado; crise ecológica; desterroação; Pantanal.

Ecological crisis and the desterroamento of embarked labor in the Pantanal of Mato Grosso do Sul

Abstract

Although often addressed through their environmental effects and landscape changes, climate changes are, in essence, a manifestation of the structural crisis of capital. This crisis materializes in phenomena such as droughts, wildfires, resource scarcity, and soil



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

degradation. In the Pantanal located in the state of Mato Grosso do Sul, Embarked Labor carried out by fishermen, bait collectors, boat pilots, and *chalana* captains has been deeply affected by this process. The objective of this study is to discuss the hypothesis that so-called “climate change” constitutes a manifestation of the very crisis of capital, instrumentalized as a means of domination and both symbolic and material expulsion of embarked Workers, which we understand here as an ecological crisis. The research, grounded in historical-dialectical materialism, employed bibliographic review, analysis of climate and land use data, as well as fieldwork conducted between 2022 and 2023 in the Passo do Lontra Community (Corumbá–MS), the spatial focus of this study. It was identified that conflicts over water and land, labor precarization, and environmental degradation are deeply intertwined. In this context, the ecological crisis acts as a force of *desterreamento*, the uprooting from the land, breaking the bonds between nature, labor, and community, and deepening the inequalities that affect those who live and resist in these territories.

Keywords: Embarked labor; ecological crisis; desterreation; Pantanal.

Crisis ecológica y desterreamiento del trabajo embarcado en el Pantanal ubicado en el estado de Mato Grosso del Sur

Resumen

Aunque frecuentemente se abordan a partir de sus efectos ambientales y de los cambios en los paisajes, los cambios climáticos constituyen, en esencia, una manifestación de la crisis estructural del capital. Esta crisis se materializa en fenómenos como sequías, incendios, escasez de recursos y degradación de los suelos. En el Pantanal ubicado en el estado de Mato Grosso del Sur, el Trabajo Embarcado realizado por pescadores, recolectores de carnada, pilotos de embarcaciones y capitanes de *chalana* ha sido profundamente afectado por este proceso. El objetivo de este trabajo es problematizar la hipótesis de que los llamados “cambios climáticos” constituyen una manifestación de la propia crisis del capital, instrumentalizada como forma de dominación y expulsión simbólica y material de los trabajadores embarcados, y que aquí comprendemos como crisis ecológica. La investigación, fundamentada en el materialismo histórico-dialéctico, utilizó revisión bibliográfica, análisis de datos climáticos y de uso y ocupación de la tierra, además de trabajo de campo realizado entre 2022 y 2023 en la Comunidad Passo do Lontra (Corumbá-MS), el recorte espacial de este estudio. Se identificó que los conflictos por el agua y la tierra, la precarización laboral y la degradación ambiental están profundamente entrelazados. En este contexto, la crisis ecológica actúa como fuerza de desterreamiento, rompiendo los vínculos entre naturaleza, trabajo y comunidad, y profundizando las desigualdades que afectan a quienes viven y resisten en estos territorios.

Palabras-clave: Trabajo embarcado; crisis ecológica; desterreización; Pantanal.

Introdução

As discussões que envolvem as mudanças climáticas têm ganhado maior evidência nos últimos anos em consequência de seus efeitos sobre as mudanças das paisagens e seus impactos diretos no meio ambiente. De toda maneira, o pano de fundo dessa temática merece atenção ao considerarmos que os efeitos das mudanças do clima são, na verdade, resultados diretos da apropriação capitalista sobre o território, que tem gerado crises sistêmicas para sua própria manutenção. Estes aspectos têm a ver com um sistema

sociometabólico, onde o capital produz efeitos destrutivos na natureza, nos modos de vida, nos vínculos sociais e nas dinâmicas territoriais do trabalho. O capital não age exclusivamente por meio da destruição das formas de produção precedentes; senão, ao contrário, demonstra a capacidade de absorver e mobilizar relações não capitalistas como engrenagens úteis à sua própria lógica de reprodução e acumulação destrutiva (Thomaz Junior, 2018; 2023).

Um conceito chave que nos ajuda a compreender estas engrenagens é a *desterreação*, que pode ser entendido como expressão dialética da territorialização-desterritorialização-reterritorialização (TDR), ou seja, estes movimentos não ocorrem isoladamente, mas em conjunto, causando ruptura simbólica, social e subjetiva nos territórios, e que dão sentido ao trabalho e à vida. Esse cenário ou a “nova ordem de desafios” em que o trabalho se torna mais flexível, instável, desprotegido e polivalente – os vínculos territoriais e identitários são frequentemente dissolvidos. A plasticidade do trabalho resultante desse processo de redefinições ocupacionais e suas expressões territoriais revela sintomas da crise estrutural e sistêmica do capital (Mészáros, 2011). Isso força os trabalhadores a aceitarem ocupações distintas, a mudar constantemente de lugar e a reconstruir continuamente seus laços de sociabilidades, políticos e territoriais.

É nesse sentido que a crise ecológica¹ se apresenta como uma ferramenta de poder, operando para desestabilizar formas de trabalho que não se subordinam integralmente à lógica do capital. É fundamental distinguir os significados atribuídos aos termos “mudanças climáticas” e “crise ecológica”. O primeiro, amplamente adotado por discursos científicos, técnicos e institucionais, refere-se às alterações nos padrões climáticos globais, geralmente apresentadas como fenômenos naturais ou como consequências difusas da ação humana (Löwy, 2013). Essa abordagem tende a invisibilizar a historicidade desse processo que sustentam tais transformações, diluindo suas causas e desviando o olhar das contradições estruturais do capital, como a miséria, desigualdades, exploração e imperialismo (vide financiamento do BNDES a grupos estrangeiros no avanço da fronteira do modelo agroexportador) (Mészáros, 2011b).

O discurso cataclísmico é instrumentalizado pelo capital com alguns objetivos: esconder crises sociais e políticas, legitimar o sacrifício de populações não responsáveis pela extração exacerbada dos recursos naturais, manter o consumo e extração da natureza, preservar o sistema econômico em curso (Mészáros, 2011b). Em contraposição, o conceito de crise ecológica emerge como referencial crítico e politicamente situado, que não apenas reconhece a gravidade das mudanças do clima, mas os inscreve diretamente na lógica da reprodução do capital (Löwy, 2013; Klein, 2014).

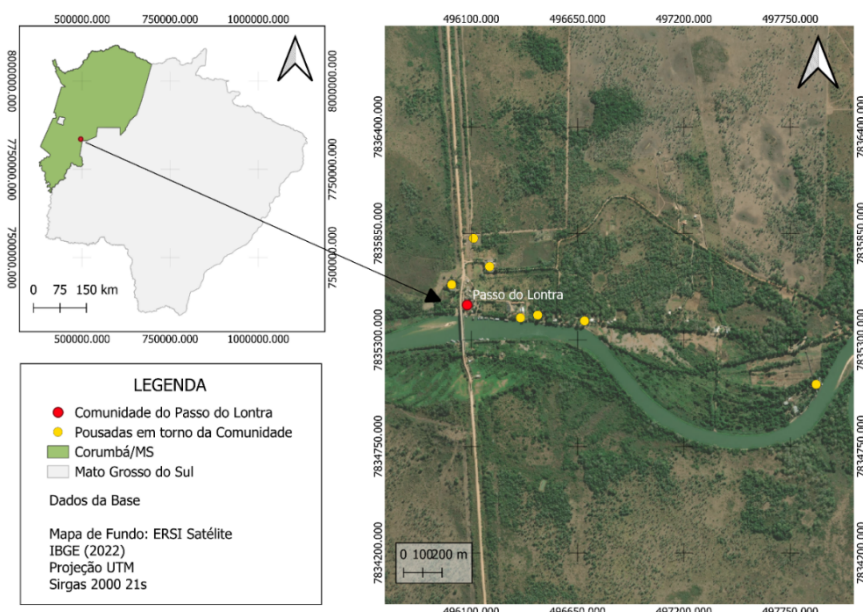
¹ Refere-se ainda a crise ambiental e crise climática, ambos os três termos são tratados neste artigo enquanto sinônimos.

A destruição ambiental, o envenenamento do meio ambiente e dos seres humanos, como se observa no uso intensivo de pesticidas na produção de alimentos e nas pulverizações que contaminam o ar e impactam diretamente populações inteiras, são consequências diretas do processo de acumulação do capital, que esgota sistematicamente os recursos naturais. Dentro dos marcos desse sistema, dificilmente haverá uma superação efetiva desse quadro sob o regime econômico que hoje domina o planeta (Löwy, 2013; Thomaz Junior, 2018b).

Estamos diante da poluição do ar, da água, da escassez de minerais, da energia e da perda dos solos, que se materializam por todo o território nas variações extremas de temperatura, nas secas prolongadas, nas queimadas recorrentes, na intensificação da crise hídrica e nas chuvas severas fora de época. O que se percebe é que a lógica capitalista comanda uma racionalidade que conduz a economia, mas que ignora a crise que ela mesma produz na terra, na água e no ar, acreditando que poderá prescindir a crise ambiental (Klein, 2014; Porto-Gonçalves, 2019).

No Pantanal Sul-Mato-Grossense, esse processo é particularmente visível no exercício do trabalho embarcado, que pode ser dividido em quatro funções: pescadores, piloteiros (atendentes do turismo de pesca desportiva e turismo contemplativo), isqueiros (catadores de iscas) e comandantes de chalana. Mais especificamente na Comunidade do Passo do Lontra (recorte espacial deste estudo - Figura 1), localizada em Corumbá – MS às margens do Rio Miranda e Estrada Parque Pantanal (EPP), famílias que anteriormente foram atraídas para essa região em busca de melhores condições de vida, principalmente vinculadas ao exercício da pesca no Rio Miranda e às oportunidades de trabalho oferecidas pelo setor turístico local, hoje se veem submetidas a um trabalho cada vez mais precarizado e aos impactos da crise ecológica.

Essa realidade provoca uma série de questionamentos e incertezas entre esses trabalhadores acerca do seu futuro e da possibilidade de permanecerem neste território, marcado pela precarização do trabalho (referência própria oculta para garantia de avaliação às cegas). A esse quadro soma-se a degradação acelerada do Pantanal, as recorrentes observações dos próprios trabalhadores sobre a diminuição do nível dos rios, o desaparecimento dos recursos pesqueiros, a redução drástica das áreas alagadas, as secas prolongadas, as variações intensas na temperatura e a intensificação das queimadas, o que para nós constituem indicadores empíricos de um processo acelerado de transformação da paisagem pantaneira. Isso demonstra que elementos territoriais carregados de valor simbólico hoje persistem apenas na memória desses trabalhadores: o que antes sustentava a vida e a identidade, hoje é corroído pela lógica destrutiva do capital.

Figura 1: Localização da Comunidade do Passo do Lontra.

Elaboração: Autores (2025). Fonte de Dados: IBGE (2022).

A lógica da acumulação capitalista, como aponta Mészáros (2011), avança sobre a vida por meio de duas frentes particularmente destrutivas: a precarização sistemática da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente. Nestes termos, o trabalho aparentemente torna-se descartável, assim como os ecossistemas que o sustentam, revelando um metabolismo social em colapso, no qual o ser humano e a natureza são tratados como meros instrumentos da autorreprodução do capital.

Nota-se que tanto os movimentos do trabalho quanto os da natureza adquirem relevância analítica. Neste cenário, os conflitos que envolvem o trabalho continuam centrais, sobretudo entre os grupos sociais que mantêm relações diretas com os ciclos da natureza para produzir, habitar e existir, como o caso dos trabalhadores embarcados. Trata-se de sujeitos cujos modos de vida não se dissociam do território – e que, por isso mesmo, tornam-se especialmente vulneráveis aos impactos da crise ecológica e da reestruturação produtiva do capital.

Nesta perspectiva, este trabalho tem como objetivo analisar a chamada crise ecológica como uma expressão da crise estrutural do próprio capital, que a produz e a instrumentaliza como mecanismo de poder para o desterroamento dos trabalhadores, e, no caso, os trabalhadores embarcados no Pantanal Sul-Mato-Grossense, evidenciando como esta crise não afeta somente a degradação do meio ambiente, mas também todo o tecido social que incide diretamente no exercício do trabalho e na própria vida dos trabalhadores, suas famílias e das comunidades.

Para tal, este trabalho está estruturado em cinco partes. Após esta introdução, a próxima seção apresenta os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. Na terceira parte, encontra-se uma contextualização histórica da construção social do trabalho embarcado, retomada histórica fundamental para evitar leituras deslocadas da realidade atual desses sujeitos, uma vez que as formas contemporâneas de precarização e desterração só podem ser plenamente compreendidas à luz das transformações estruturais ocorridas ao longo do tempo. Na quarta parte, são analisadas as formas pelas quais a crise ecológica ocorre no Pantanal e seus efeitos concretos sobre o trabalho embarcado. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

Procedimentos Metodológicos

O presente artigo adotou, em sua fase inicial, a revisão da literatura como estratégia para compreender o processo histórico de formação do trabalho embarcado no Pantanal Sul-Mato-Grossense. Complementarmente, foi realizada uma investigação etnográfica entre os anos de 2022 e 2023, no contexto da pesquisa de mestrado². Na ocasião, o foco estava na análise da construção social do trabalho embarcado no Pantanal Sul. No entanto, com o aprofundamento teórico e das observações em campo, foi possível identificar que os discursos que envolviam os conflitos pela água e pela terra, bem como a precarização das relações de trabalho vividas por aqueles trabalhadores, estavam profundamente entrelaçados com a degradação do bioma pantaneiro. Após o término da dissertação, os trabalhos de campo evoluíram para novas entrevistas entre os anos de 2024 e 2025.

Nesta perspectiva, considera-se a alegoria “amassar o barro” proposta por Thomaz Júnior (2018b), onde o autor reforça a relevância do trabalho de campo como ferramenta fundamental para a compreensão das contradições que atravessam as dinâmicas territoriais do complexo mundo do trabalho no século XXI. Essa expressão remete ao aprendizado construído a partir da convivência com os trabalhadores, valorizando as experiências vividas por eles como formas de resistência, de permanência nos territórios e de afirmação da vida frente às imposições hegemônicas da sociedade capitalista. “É necessário afirmar que as evidências empíricas das ocorrências em torno dos trabalhadores [...] são os principais argumentos comprobatórios da pesquisa científica que estamos levando adiante” (Thomaz Junior, 2018, p. 60).

² A dissertação intitulada: “Um dia a gente come, no outro não”: As condições sociais do Trabalho Embarcado no Pantanal Sul Mato-grossense” (2024), pode ser acessada por meio deste link:< <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/8454>>.

Na segunda etapa deste trabalho, realizou-se a coleta de dados referentes às mudanças climáticas em escala global, com base nos relatórios da World Meteorological Organization (WMO, 2024) e do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2022). Em paralelo, no recorte local, com foco no Pantanal, no estado de Mato Grosso do Sul, foram levantados dados da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA, 2021), da plataforma SIGA-MS, da Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso do Sul (Aprosoja, 2024), além da série histórica disponibilizada pela rede MapBiomas, referente ao uso e ocupação da terra (1985–2023, Coleção 9). Complementarmente, foi elaborado um mapa temático de uso e ocupação da terra para o estado de Mato Grosso do Sul, utilizando as plataformas Google Earth Engine e o *software* Qgis.

Em relação ao método de análise empregadas neste trabalho, a base fundamental é o materialismo histórico e dialético, que evidencia a realidade como um processo histórico, dinâmico e contraditoriamente constituído. Essa abordagem opera por meio de sucessivos movimentos de abstração e concreção, nos quais a experiência empírica é interpretada teoricamente para, em seguida, se retornar à realidade concreta com maior densidade analítica. O concreto, portanto, não se limita ao dado imediato da experiência, mas corresponde a uma totalidade compreendida, formada por múltiplas determinações inter-relacionadas. Essa lógica dialética permite apreender os fenômenos sociais como atravessados por contradições estruturais, considerando a realidade em constante movimento e transformação (Moraes; Costa, 1987).

A Desterreação no Pantanal Sul: Rupturas territoriais e a fragmentação do Trabalho Embarcado

O Pantanal, localizado nos estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, estende-se também além das fronteiras brasileiras, alcançando áreas da Bolívia, Paraguai e Argentina. Sua configuração geográfica e geomorfológica o torna um bioma singular, por apresentar relevo extremamente plano e baixo, com altitude média de 100 a 150 metros. Sua conformação resulta de uma depressão tectônica cercada pelo Planalto Central Brasileiro e pelo Planalto Meridional, o que favorece o acúmulo de águas nos períodos de cheia (Ross, 2005; Ab'Saber, 2012).

No interior dessa paisagem marcada pelos ciclos das águas, a atividade de pesca constituiu, ao longo dos séculos, um modo de vida que articula trabalho, território e água, onde os habitantes locais desenvolveram conhecimentos específicos sobre os ritmos fluviais, a fauna e a flora. De toda maneira, o capital se adapta a todas as culturas

reconfigurando práticas locais, para que atendam à nova ordem econômica (Thomaz Junior, 2018).

Neste sentido, o processo de desterroação gerado pela expansão e fortalecimento do agrohidronegócio brasileiro junto à intensificação da crise ecológica devem ser compreendidos à luz das disputas em torno do acesso à terra e à água. Como já destacado, a desterroação constitui um fenômeno que envolve a expropriação dos territórios, a intensificação da exploração, a subordinação crescente dos trabalhadores à lógica do capital e a captura de sua renda pelo mesmo sistema. Como consequência direta, instauram-se mecanismos de expulsão e de apropriação violenta que estão associados à concentração fundiária e à apropriação privada das riquezas coletivamente produzidas (Thomaz Junior, 2018).

A história de ocupação do Pantanal contextualiza bem esse cenário ao passar por um intenso processo de dominação territorial, no qual o trabalho tradicional foi central para a produção de *mais valor*, sendo fragmentado e submetido à lógica de valorização do capital, processo que, hoje, se agrava com a crise ecológica. Registros históricos indicam que havia a presença de indígenas na região pantaneira há pelo menos 8,4 mil anos atrás, sendo que estes povos praticavam a caça, a coleta e a pesca utilizando canoas de madeira. Com a chegada dos colonizadores europeus e jesuítas, houve a inserção da criação dos primeiros animais bovinos e equinos (Oliveira, 1999; Brasil, 2015).

Esses povos foram, aos poucos, sendo expulsos dessas terras e dizimados (Oliveira, 1999; Brasil, 2015). Aqueles que permaneceram acabaram se submetendo a empregos em fazendas, lidando com a criação de gado e outras atividades nesses espaços (Moretti, 2006; Esselin, 2011; Franco *et al.*, 2013). Contudo, a pesca nunca deixou de ser uma atividade exercida por esses sujeitos, sendo transmitida ao longo do tempo por meio da memória, não só entre os indígenas, mas também entre os não indígenas que eram atraídos para a região em busca de empregos como peões e serviços gerais nas fazendas (Moretti, 2006; Dutton, 2019; (Referência própria oculta para garantia de avaliação às cegas).

Por volta dos anos de 1970, o turismo se insere no Pantanal com a ajuda do governo do estado de Mato Grosso (antes da divisão dos estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, ocorrida em 1977). A ideia era fomentar o desenvolvimento econômico local, com a geração de emprego e renda. Esse cenário estava atrelado ao declínio da pecuária na região pantaneira e ao número crescente de desempregados entre os habitantes (Moretti, 2006; Banducci Junior, 2006; Almeida, 2007). Essa lógica impôs a subordinação do valor de uso da natureza à sua conversão em valor de troca, processo que deixou marcas profundas nas dimensões sociais do trabalho, como a exclusão, o desemprego, o descarte de trabalhadores, a fome e o adoecimento (Thomaz Junior, 2018).

Essa dinâmica torna-se evidente quando os habitantes atuais do Pantanal Sul, que possuíam habilidades de pesca, sabiam lidar com o gado e detinham os conhecimentos específicos e tradicionais dessa localidade foram atraídos para o setor turístico (Moretti, 2006; Almeida, 2007; Franco *et al.*, 2013). O/a pescador/a se tornou peão; depois de pescador e peão, piloto/a, isqueiro/a, comandante de chalana, guia turístico, cozinheiro/a, camareira em pousadas (Moretti, 2006). A pesca foi subsumida, dando espaço às exigências do capital. Percebe-se, no atual cenário, que esses trabalhadores vivem a superfluidez e a informalidade de seus trabalhos.

Um mesmo sujeito pode ser trabalhador embarcado e também exercer essas outras funções, submetidos a jornadas excessivas e má remuneração, sobrevivendo em condições de vida insalubres, sem acesso a água tratada, moradia digna, educação e saúde (Referência própria oculta para garantia de avaliação às cegas). Se nos orientarmos pelas considerações de Marx (2013), reconhecemos que o capitalismo fragmenta a vida, o trabalho e o conhecimento. O ser social passa a viver uma experiência social fragmentada, segmentando-se em “compartimentos”: trabalho, lazer, esfera política, vida privada. Essa fragmentação dificulta o reconhecimento do ser humano dentro da totalidade histórica e, em nosso caso, também no território.

O turismo é apresentado como uma oportunidade para a geração de renda, ocultando-se, em sua promoção ideológica, a geração de excedentes por meio da extração de mão de obra precarizada ligada à cultura local. Em outros termos, a cultura foi instrumentalizada, objetificada e mercantilizada no mercado turístico de forma intencional pelo Estado e pelos proprietários de terras da região. Um ponto importante a ser considerado foi a criação da Estrada Parque Pantanal (EPP), instituída pelo Decreto nº 7.122, de 17 de março de 1993, pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, que delimitou a área como de interesse turístico. A implementação dessa estrada devastou cerca de 6.800 hectares da vegetação nativa do Pantanal Sul totalizando 116 km de extensão (Mato Grosso do Sul, 1993).

Apesar disso, o turismo se apresentou no Pantanal Sul como “ecológico”, “sustentável”, subordinando a questão ambiental em um campo de novos negócios, onde os discursos e práticas ambientais são frequentemente apropriados como estratégias de acumulação, criando novas demandas e, ao mesmo tempo, problemas, alimentando incessantemente o ciclo de produção e consumo em benefício do lucro (Harvey, 2016). O ponto crucial é que todos os projetos ecológicos e ambientais são, também, projetos econômicos. A dialética entre transformar a sociedade e transformar o ambiente põe em evidência a pergunta: essas transformações visam o bem-estar das sociedades/comunidades locais ou a manutenção da taxa de lucro? Em boa medida,

políticas e projetos ambientais, protagonizados pelos Estados e sistema econômico, servem antes aos interesses do capital do que às necessidades da população (Harvey, 2016).

Harvey (2016) aponta que a crise de sobreacumulação do capitalismo contemporâneo exige a abertura de novas frentes de valorização do capital. No caso do Pantanal, o declínio da pecuária e o avanço do turismo configuraram estratégias de absorção da mão de obra excedente, agora inserida de forma fragmentada e precarizada no setor de serviços. Simultaneamente, os saberes locais e a cultura tradicional passaram a ser instrumentalizados como ativos econômicos, revelando um processo mais amplo de mercantilização do território, da natureza e do trabalho, em que até a memória e o pertencimento são convertidos em valor de troca.

Sobretudo quando se observa que a pecuária extensiva permanece no Pantanal Sul e que muitos proprietários de pousadas e hotéis-fazenda na região são, na verdade, os próprios latifundiários, torna-se evidente que a retórica da sustentabilidade opera como mecanismo de ocultação da expansão destrutiva do agrohidronegócio (Thomaz Junior, 2018). É em meio às contradições desse processo que se revela a face mais perversa da acumulação contemporânea: o avanço intensivo da concentração de terras, capitais e rendas, em escala global, sustentado por formas de dominação que impõem à sociedade e ao trabalho um modelo orientado pela destruição e violência, sob o comando das frações burguesas e do Estado.

A pesquisa etnográfica realizada entre os anos de 2022 e 2023 na comunidade do Passo do Lontra (Referência própria oculta para garantia de avaliação às cegas) trouxe a luz discursos que evidenciam a materialização da crise ecológica no Pantanal Sul. As recorrentes observações dos próprios trabalhadores sobre a diminuição do nível dos rios, desaparecimento dos recursos pesqueiros, a redução drástica das áreas alagadas, surgimento de bancos de areia em locais anteriormente alagados, secas prolongadas, variações intensas na temperatura e intensificação das queimadas, constituem indicadores empíricos de um processo acelerado de transformação da paisagem pantaneira. Conforme relatado por um trabalhador embarcado da região, elementos territoriais carregados de valor simbólico hoje persistem apenas na memória da comunidade do Passo do Lontra, apagados por dinâmicas de degradação ambiental intensificadas pelo uso de práticas altamente destrutivas (Referência própria oculta para garantia de avaliação às cegas).

É necessário então retomar a razão pela qual o trabalho é tão importante para os processos formativos do ser humano, em que medida ele confere reconhecimento tanto social quanto identitário, e por que a reflexão sobre o trabalho deve permanecer no centro das análises críticas sobre as engrenagens capitalistas, e, também, os motivos pelos quais a partir dele podemos vislumbrar formas de resistência em meio a este mundo emaranhado de contradições e usurpações do ser humano e natureza. Para tanto, Lukács (2013) desenha

que o trabalho está no centro do processo de humanização do ser social, pois é por meio dele que o ser humano transforma o pensar em ação concreta. O ato teleológico (pensar um fim e realizá-lo) faz do trabalho a forma originária em que a consciência se torna prática e a intencionalidade se materializa no mundo.

Mesmo quando o objeto mantém sua essência, o trabalho revela e mobiliza suas potencialidades de acordo com o propósito humano (Lukács, 2013). O trabalho embarcado por exemplo, não envolve a transformação de uma matéria prima “sólida”, como a madeira e minério, contudo ele se orienta pela manipulação e domínio dos ciclos naturais: períodos de cheias e secas, conhecimento profundo das dinâmicas do rio, zonas de pescas, variações das águas e correntes, conhecimento do comportamento de toda a fauna pantaneira, práticas de manejo e intervenções simbólicas com a natureza.

Para Lukács (2013) o processo de transformação está entre a relação do ser social com a natureza, mediada pelo conhecimento e práxis – neste caso o trabalho. Consideramos que o embarcado não “fabrica”, mas revela, interpreta, estimula propriedades naturais de modo útil. Neste caso, atua de forma consciente e intencional, com um propósito previamente idealizado, mesmo que sua condição seja imposta, fragmentada e precarizada – o que é importante ressaltar. Mas sua consciência humana já havia idealizado suas ações com a natureza e depois colocado em prática ao longo dos séculos. Aqui, essa práxis materializa um conhecimento tradicional acumulado e transmitido pela memória coletiva, o que afirma uma dimensão ontológica e teleológica de sua relação com a natureza.

Marx (2015) destaca que a relação entre homem e natureza é orgânica e metabólica. Assim como o corpo necessita respirar, alimentar-se e metabolizar energia para viver, o ser humano precisa manter uma relação constante com a natureza para existir. Isso se expande para além da vida física, atingindo também o que Marx (2015) chama de vida espiritual – o pensamento, a cultura, a arte e o próprio trabalho. Tudo o que o ser humano é e cria, até mesmo o pensamento, encontra como fundamento material a natureza, de modo que quando o homem se separa da natureza, ele também se separa de si mesmo. O trabalhador embarcado está diante de uma alienação – ao trabalhar sem controlar o processo e o sentido de sua própria atividade, se distancia da natureza, que passa a ser mero objeto de exploração, pois sua atividade vital deixa de ser expressão de sua humanidade.

Estas considerações tanto de Marx (2015) quanto de Lukács (2013) nos ajudam a compreender os meandros da crise ecológica, uma vez que esta não se define apenas pela extração exacerbada dos recursos naturais para fins de acumulação. Nela também está inscrita, de forma profunda, a cisão entre o ser humano e a natureza, uma separação que expressa a própria alienação do trabalho e a perda da consciência de totalidade, uma expressão ontológica da ruptura entre o homem, seu fazer e o mundo que o sustenta.

A territorialização da crise ecológica no Pantanal Sul-Mato-Grossense

De acordo com a Organização Meteorológica Mundial (WMO, 2024), os níveis médios anuais globais de dióxido de carbono (CO_2) atingiram, em 2023, um novo recorde desde o início das medições modernas. A concentração média observada foi de $420,0 \pm 0,1$ partes por milhão (ppm), representando um aumento de 2,3 ppm em relação a 2022 e correspondendo a 151% comparado aos níveis pré-industriais. Entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2023, o acréscimo intra-anual foi de 2,8 ppm, configurando-se como a quarta maior variação desde a década de 1950.

Esses dados reforçam os alertas do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2022), que aponta que as alterações no clima decorrem não apenas da variabilidade natural, mas sobretudo das ações humanas que transformam profundamente as paisagens e desestabilizam os ecossistemas. A substituição de áreas de vegetação nativa por monocultivos de soja, milho, silvicultura e pastagens está entre os principais fatores de emissão de gases de efeito estufa, especialmente o dióxido de carbono (CO_2) e o metano (CH_4). A pecuária extensiva, por exemplo, figura como uma das maiores fontes globais de metano, gás com alto potencial de aquecimento atmosférico. Entre 1990 e 2019, o número de bovinos aumentou 18% em escala mundial, ampliando a pressão sobre os ecossistemas e intensificando a demanda por ração animal, baseada majoritariamente em soja e milho.

No contexto brasileiro, o relatório do IPCC (2022) identifica o Cerrado como um dos biomas mais afetados, com suas áreas naturais sendo sistematicamente convertidas em lavouras mecanizadas e pastagens. As queimadas tornam-se fonte expressiva de emissões, sendo mais comuns nos trópicos, em especial no Cerrado, na Amazônia e no Pantanal. A diminuição da cobertura vegetal aumenta a vulnerabilidade desses territórios aos incêndios, inclusive aqueles de origem natural. Cabe destacar que a cadeia produtiva ligada à expansão do uso da terra reforça a conexão direta entre o avanço do modelo agroexportador e as alterações climáticas, expressas no aumento das temperaturas, agravamento da crise hídrica, intensificação das queimadas e transformações das paisagens.

Os dados recentes do BDQueimadas (INPE) e do Lasa/UFRJ revelam que cerca de 95% das queimadas no Pantanal, em 2024, tiveram origem em propriedades privadas, com mais de 3.300 focos de incêndio apenas no primeiro semestre do ano, sem registro de causas naturais. Sendo que 189 focos ocorreram em Terras Indígenas e Unidades de Conservação (WWF-Brasil, 2024). Observa-se que a lógica destrutiva sob o território não

opera sob os mesmos horizontes quando tratamos de povos tradicionais, cujas práticas se assentam em formas de uso e conservação baseadas na relação com a natureza, e não na lógica da mercantilização e do lucro.

Em paralelo, Melo et al. (2025) destacam a intensificação da agropecuária na região, marcada pela introdução de pastagens exóticas e pela chegada de novos empresários vinculados ao setor, o que tem impulsionado a conversão de áreas naturais em pastagens e lavouras, frequentemente resultando em queimadas e desmatamentos, legais e ilegais. Os registros históricos de queimadas entre 1985 e 2023 indicam a recorrência de incêndios em municípios como Corumbá e Aquidauana, atingidos até 39 vezes consecutivas. Os autores ainda frisam que essa recorrência revela um processo de territorialização do fogo como instrumento de apropriação privada e rentabilidade da terra, expressão concreta da subordinação do Pantanal às dinâmicas de valorização do capital.

Para nós também, as perguntas que se impõem são: como o fogo se manifesta como uma expressão latente da crise ecológica? E de que maneira seus efeitos incidem diretamente sobre a vida cotidiana e o trabalho das populações que vivem no Pantanal, sejam elas indígenas ou não indígenas? Na Figura 2, observamos o registro de uma moradora do Passo do Lontra que evidencia o terror das queimadas em torno da comunidade, majoritariamente cercada por terras privadas.

Figura 2: Registro de focos de incêndios em torno da Comunidade do Passo do Lontra em agosto de 2024.



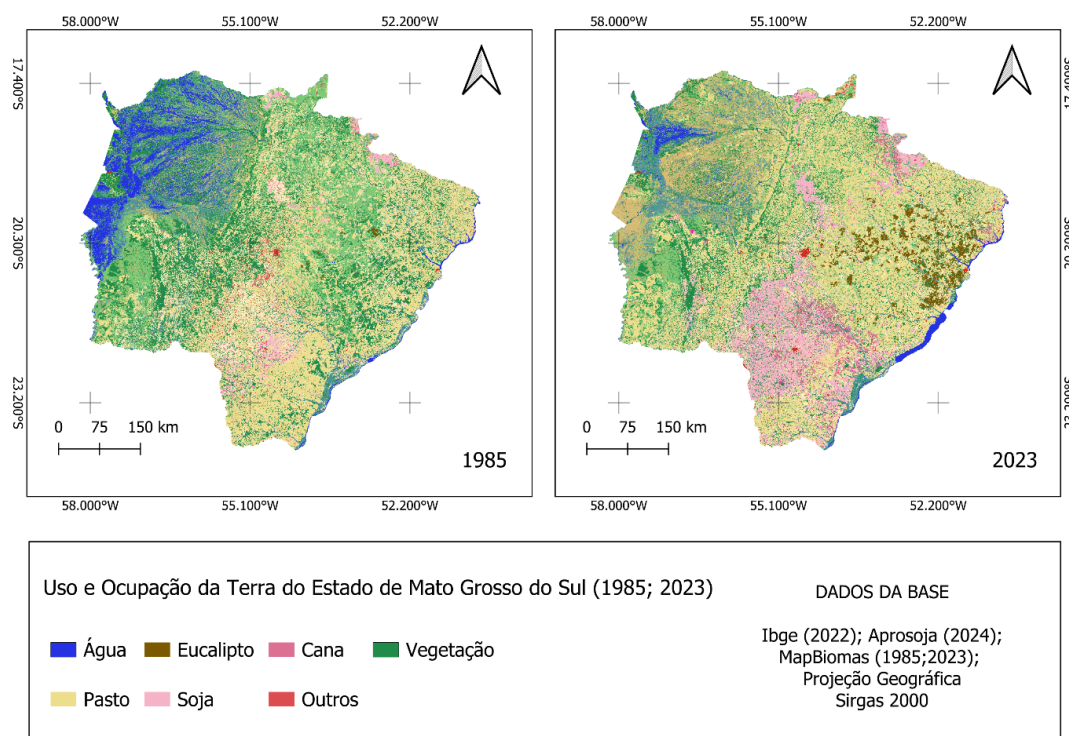
Créditos: Acervo pessoal de uma moradora do Passo do Lontra³.

³ A moradora preferiu não se identificar.

Isso nos permite entender que o cenário global de alterações climáticas é parte integrante de uma engrenagem mais ampla ligada à lógica do modelo de desenvolvimento vigente. É fundamental trazer à luz quais ações estão sendo promovidas, por quais agentes e em função de quais interesses, para que se possa compreender a dinâmica desse processo. Em escala local, como no caso do Pantanal Sul-Mato-Grossense, isso resulta na desterroação de comunidades inteiras e na desestabilização de ecossistemas. Ao expor o uso da terra, por exemplo, revelam-se os mecanismos de expropriação e controle que fundamentam a crise ecológica e a degradação do trabalho na contemporaneidade, além de legitimar as denúncias dos sujeitos diretamente impactados por essas transformações.

O saber empírico dos trabalhadores embarcados está em concordância com os dados sobre o avanço do uso e ocupação da terra no Pantanal, e ao mesmo tempo com os dados expostos pelo IPCC (2022). De acordo com o MapBiomias (2024), aproximadamente 1,5 milhão de hectares de vegetação deste bioma foram convertidos em pastagens entre 1985 e 2023. Os dados ainda apontam uma redução drástica da superfície de água no Pantanal, ou seja, em 2023, a área coberta por corpos d'água foi estimada em 381 mil hectares, uma diminuição de 61% em relação à média histórica (956 mil ha), 50% menor do que em 2018, ano da última grande cheia (MapBiomias, 2024).

O Pantanal também está condicionado à integridade ambiental das regiões de planalto que o circundam. A saúde dos ecossistemas localizados em áreas mais elevadas é fundamental para a manutenção dos ciclos hidrológicos e da funcionalidade do bioma pantaneiro, uma vez que são essas áreas que alimentam os rios e determinam os regimes de cheias e secas no Pantanal. O cenário observado reflete diretamente as transformações ocorridas nas áreas de planalto, considerando a série histórica de uso e ocupação da terra no estado de Mato Grosso do Sul, entre os anos de 1985 e 2023. (Figura 3).

Figura 3: Uso e Ocupação da Terra do Estado de Mato Grosso do Sul (1985-2023).

Elaboração: Autores (2025). Fonte de Dados: IBGE (2022); Mapbiomas (1985; 2023); Aprosoja (2024).

O estado de Mato Grosso do Sul, que abriga cerca de 65% da extensão territorial do Pantanal, expõe dados alarmantes. A comparação entre os anos de 1985 e 2023 evidencia um crescimento expressivo das áreas destinadas a monocultivos, sobretudo na porção centro-sul e sudeste do estado, refletindo a intensificação da lógica produtiva baseada na monocultura de soja, cana-de-açúcar e silvicultura. A ampliação das pastagens também é significativa, seguida do desmatamento da vegetação nativa (MapBiomas, 2023).

A redução das áreas de vegetação e a intensificação das atividades do agrohidronegócio nas regiões de planalto comprometem a infiltração da água no solo, alterando os fluxos hidrológicos naturais e agravando os processos de assoreamento ao longo de importantes afluentes da Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai (BAP), principal bacia do Pantanal, a qual o Rio Miranda compõe. Submetidos à lógica do modelo agroexportador, os cursos d'água dessa bacia ao invés de abastecerem a planície com seus fluxos naturais têm transportado volumes crescentes de sedimentos, provocando impactos diretos na cobertura da água no Pantanal (Galdino, Grego, Silva, 2014).

A diminuição da cobertura d'água é um indicador alarmante de que a degradação ambiental é o retrato do avanço da fronteira do agrohidronegócio. Esta constatação exprime os limites concretos à continuidade do trabalho embarcado e dos modos de vida que se

organizam em torno da água como elemento estruturante do território. O agrohidronegócio brasileiro é um modelo que aprofunda a dependência dos recursos hídricos, já que, ao optar pela exportação de *commodities*, exporta-se também grandes volumes de água (Thomaz Junior, 2018). Principalmente ao considerarmos que 50% da captação de água bruta em mananciais superficiais e subterrâneos no Brasil é destinada à irrigação de áreas agricultáveis, enquanto que no uso urbano, consome-se apenas 24% (ANA, 2021). Ou seja, quanto mais áreas agricultáveis são incorporadas à lógica produtiva/destrutiva do agrohidronegócio mais água é mobilizada pelo sistema.

A crise ecológica nestes termos entra como uma ferramenta de poder em um jogo com disputas desiguais. A permanência dos trabalhadores embarcados na região pantaneira não se limita à funcionalidade econômica de suas atividades, mas também pela construção da memória, do núcleo familiar e comunitário que fazem parte desse lugar (Dutton, 2019; Referência própria oculta para garantia de avaliação às cegas). O rio por exemplo, não se resume a um recurso, e sim um espaço de produção da vida, cuja materialidade é mediada por relações simbólicas, práticas produtivas e dinâmicas afetivas, invisibilizadas pela lógica mercantil.

A territorialização da crise ecológica torna-se também uma territorialização do descarte humano, que segundo Harvey (2016), não se encerra em fases iniciais do capitalismo, mas se atualiza constantemente, inclusive via intervenção estatal. Por exemplo, a inserção e o fortalecimento do turismo de pesca no Pantanal intensificaram a disputa pelo acesso aos recursos pesqueiros, afetando diretamente os pescadores profissionais artesanais. No Pantanal Sul, observou-se um crescimento significativo do número de pescadores amadores, que saltaram de 44 mil em 1995 para 59 mil em 1999. Ainda na década de 1990, o turismo de pesca movimentava aproximadamente 150 milhões de dólares por ano. Como consequência dessa pressão sobre os estoques pesqueiros, o estado de Mato Grosso do Sul aprovou três legislações, entre 1983 e 1994, que restringiram severamente o uso de petrechos como redes e tarrafas por pescadores, o que comprometeu sua capacidade de captura e gerou impactos sociais relevantes sobre esse grupo (Chiaravalloti; Catella; Siqueira, 2022). Paralelamente, a comunidade do Passo do Lontra se consolidava na região, atraída pela pesca e pelo turismo no rio Miranda, o que evidencia a contradição estrutural de um sistema que coopta sua força de trabalho enquanto os marginaliza e descarta no mesmo movimento.

Outra questão que impacta diretamente o exercício do trabalho embarcado, refere-se à construção de hidrelétricas no Pantanal e nas áreas de Planalto que o circundam, dentro da Bacia do Alto Paraguai (BAP). Ainda que exista, desde 1997, o Plano de Conservação da BAP com diretrizes voltadas à proteção ambiental e ao uso racional dos recursos naturais (Brasil, 1997), o que se impôs, na prática, foi a intensificação da lógica de

mercantilização da água e do território, materializada na multiplicação dos empreendimentos hidrelétricos. Até 2021, a BAP já contava com 52 usinas em operação e outras 101 em processo de implantação (Zanatta e Maciel, 2021), o que revela uma verdadeira ofensiva energética, sustentada pelo Estado e impulsionada por interesses privados.

Parte dessas hidrelétricas são caracterizadas de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e que respondem por meros 0,24% da matriz energética nacional, ou seja, representam uma contribuição irrisória em termos de geração de energia. Ainda assim, são justamente essas PCHs que ameaçam a integridade ecológica da região, operando sob o discurso de que se trata de uma fonte “limpa” de energia e de “baixo impacto”. Essa retórica, disseminada tanto pelo setor público quanto pelo privado (inclusive comparando PCHs a grandes usinas nucleares), cumpre uma função estratégica: invisibilizar os impactos socioambientais e naturalizar o avanço do capital sobre os bens comuns. Não por acaso, cada empreendimento recebe investimentos diretos do BNDES e se beneficia de sucessivas flexibilizações ambientais – e ainda mais, cada empresa ligada a essas hidrelétricas pertencem a grupos estrangeiros (Zanatta e Maciel, 2021), configurando um cenário de espoliação institucionalizada.

Dentre os impactos acumulados mais graves associados a esses empreendimentos, destacam-se: (a) a alteração dos fluxos naturais e dos ciclos de inundação em ecossistemas aquáticos; (b) a perda da biodiversidade e a interrupção das cadeias reprodutivas de espécies fundamentais para a pesca; e (c) a emissão de gases de efeito estufa no enchimento das represas. Embora grande parte das barragens esteja situada fora do Pantanal, seus efeitos se manifestam com intensidade rio abaixo, impactando diretamente o bioma (Girard, 2002), seus modos de vida e a própria reprodução do trabalho embarcado.

O Estado atua, nestes termos, como mediador entre os interesses de grandes empreendimentos e a lógica da financeirização da natureza. Enquanto isso, o que se observa na base é o esvaziamento dos territórios tradicionais, a fragmentação dos vínculos comunitários e a intensificação dos processos de desterreiação dos sujeitos. Na borda oeste do Pantanal Sul, por exemplo, evidencia-se esse processo: sob a justificativa da conservação ambiental, comunidades pesqueiras artesanais foram submetidas a sucessivas restrições territoriais. Desde a criação da Reserva Biológica do Caracará em 1971, transformada posteriormente em Parque Nacional do Pantanal em 1981, houve uma crescente institucionalização da proteção ambiental por meio de reservas públicas e privadas, muitas vezes vinculadas a ONGs internacionais e ao capital privado (Chiaravalloti; Catella; Siqueira, 2022).

O mito da conservação, marcado por uma política de comando e controle, produziu efeitos concretos; estamos falando dos deslocamentos forçados, descontinuidade das

práticas tradicionais, imposição de normas de uso e criminalização do trabalho pesqueiro. Conforme Chiaravalloti, Catella e Siqueira (2022), estima-se que mais de 40% das áreas reconhecidas pelas comunidades como de uso tradicional encontram-se sob regime de restrição severa, interditadas ou sob controle de agentes externos ao território. Essa dinâmica se materializa, por exemplo, na comunidade do Passo do Lontra, onde pescadores artesanais relatam a proibição da pesca em determinados trechos dos rios Miranda e Vermelho. Em outro episódio, foi denunciada a tentativa do Estado de remover famílias locais da área que ocupam, por ser propriedade da União, ameaçando transferi-las para regiões distantes do rio – o que significaria não apenas perda de território, mas a interrupção de um modo de vida baseado na relação contínua com a água (Referência própria oculta para garantia de avaliação às cegas).

Observa-se ainda que a crise estrutural do sistema societal do capital impõe a necessidade permanente de reestruturação de suas bases produtivas e dos mecanismos de acumulação de mais-valor. Diante dos limites crescentes à valorização do capital, especialmente nos setores industrial e financeiro, colocam-se novos desafios para a compreensão das contradições campo-cidade no século XXI. No contexto brasileiro, esse movimento tem se materializado no aprofundamento do modelo agroexportador, ancorado na expansão de *commodities* primárias (principalmente, oleaginosas, açúcar, mineração, carnes, biocombustíveis), sobretudo em áreas do cerrado (Thomaz Junior, 2019; 2023).

Para Thomaz Junior (2019) dinâmica do setor produtor de cultivos flexíveis, voltado simultaneamente à agroindústria de *commodities* e à produção de agrocombustíveis para exportação, evidencia esses antagonismos, ao articular, de maneira desigual, as interconexões entre trabalho, a questão agrário-fundiária e os processos de expropriação territorial. Embora sustentado por conglomerados empresariais altamente tecnologicados e dotados de expressiva relevância econômico-financeira no cenário internacional, esse modelo produz impactos sociais e ambientais profundos nos países produtores. O autor destaca, ainda, que entre esses efeitos, permanecem a fome estrutural, os elevados índices de analfabetismo, a baixa qualificação técnica da força de trabalho, a inserção precária no mercado de trabalho, o avanço do desemprego estrutural, e as marcas da inclusão marginal (Thomaz Junior, 2023).

A expansão dos cultivos flexíveis em áreas de planalto, que circundam o Pantanal, não apenas oculta os efeitos concretos da destruição ambiental na planície pantaneira, como também aprofunda processos de inclusão marginal e de insegurança alimentar. Não por acaso, observa-se a intensificação da territorialização de empresas vinculadas ao mercado estrangeiro no leste do estado de Mato Grosso do Sul, processo que tem resultado na devastação de centenas de hectares de terras e na substituição de usos diversos do território pela consolidação do sistema de *plantations* de eucalipto. Esse movimento

expressa a função cada vez mais subordinada desses territórios à reprodução e à acumulação de capitais fictícios e externos, que passam a exercer, por meio de determinadas corporações, o controle territorial local, materializado na atuação de empresas do setor de eucalipto, papel e celulose, como a Suzano Papel e Celulose S/A e a Eldorado Brasil Celulose S/A (Oliveira; Neves, 2024), e que operam, a partir de suas unidades fabris, mecanismos diversos de superexploração da força de trabalho (Neves; Santos, 2025).

Mészáros (2011) indica que esse é um processo histórico de degradações acumuladas, resultantes das sucessivas adaptações do capital às crises que ele próprio gera, intensificando os riscos e estresses sociais e ambientais contemporâneos. Para o autor, este é um modo de reprodução sociometabólico do capital, uma vez que sua lógica de expansão ignora sistematicamente as necessidades humanas. Ainda que hipoteticamente fosse possível garantir uma base material natural permanente para sua sustentação, a escassez não seria superada dentro da lógica interna do capital, pois este se orienta exclusivamente para a multiplicação do valor, ultrapassando constantemente suas próprias barreiras de geração de excedentes. A lógica expansionista do capital conduz, inevitavelmente, à destruição em múltiplas escalas – em nosso caso, o trabalho e a natureza. Tal destrutividade não se limita ao ambiente natural, mas se alastra de forma corrosiva por toda totalidade.

Como observa Harvey (2016), há claros sinais de uma expansão predatória, comparável a uma propagação cancerosa da "ecologia do capital". Essas contradições internas do capital, que subordinam a reprodução da vida à lógica da acumulação, manifestam-se de forma radical naquilo que Thomaz Junior (2012; 2018) denomina *degradação sistêmica do trabalho* na qual não são atingidas apenas as bases produtivas da classe trabalhadora como as garantias trabalhistas e as condições de trabalho, mas o próprio horizonte de realização da vida. Degrada-se o tempo para si e para o descanso, os vínculos familiares, a experiência do território e, em última instância, o sentido de reconhecimento sobre a própria existência.

No tocante a crise ecológica, a degradação sistêmica do trabalho se torna ainda mais explícita e violenta. Ela atravessa a saúde dos trabalhadores e repercute diretamente na vida cotidiana, desestruturando o acesso a recursos materiais e simbólicos historicamente produzidos na relação entre homem e natureza. O direito de produzir e permanecer na terra é subsumido ao avanço predatório do capital: monocultivos engolem áreas antes ocupadas por pequenos agricultores familiares, agroquímicos contaminam rios, barragens interrompem ciclos e destroem ecossistemas inteiros. Nesse limiar, vidas são perdidas, territórios são desfeitos, deslocamentos forçados rompem laços de pertencimento, memórias coletivas são apagadas como se nada significassem, porque, sob a racionalidade

econômica, tais existências não compõem o cálculo do PIB, são mazelas socialmente toleráveis.

Amparados no que já foi exposto até aqui, observamos aquilo que se entende por desterroação. A desterroação no Pantanal Sul é traduzida por um processo violento de desenraizamento ecológico, social e subjetivo, em que os saberes locais e modos de vida são deslocados ou cooptados para atender às novas exigências do capital. O que se busca evidenciar é que, diante da degradação progressiva do trabalho, da vida e, mais recentemente, do próprio meio ambiente, marcada pela escassez de água, pela redução dos recursos pesqueiros, pelas queimadas intensas, entre outras expressões da chamada mudança climática, temos o que tratamos enquanto movimento político e intencional, ou seja, crise ecológica.

Os trabalhadores embarcados, aos poucos, são expropriados desses territórios e passam a vivenciar situações de vínculos precários. Não por escolha, mas pela necessidade de garantir o mínimo necessário para sua própria sobrevivência, diante da exaustão das condições materiais e simbólicas que sustentavam seus modos de vida. Vide os relatos de trabalhadores que já expressam arrependimento por permanecerem na localidade, manifestando a intenção clara de se estabelecerem em contextos urbanos (Referência própria oculta para garantia de avaliação às cegas).

Nas contradições que marcam esse processo, observa-se que, embora o trabalho embarcado seja elemento fundamental para a sustentação do mercado turístico na região pantaneira, ele tem sido progressivamente descartado. Isso evidencia que na lógica do capital, mesmo aquilo que é estrutural pode ser substituído quando não mais se encaixa nos interesses de valorização ampliada, sendo jogado à margem em nome de um cenário macroeconômico mais lucrativo e funcional aos grandes agentes do setor. Nestes termos, a natureza foi reduzida à condição de objeto a ser dominado, e tanto a diversidade quanto a diferença deixaram de ser reconhecidas como fundamentos da vida (Leff, 2023).

Em outras palavras, desterrar não é apenas deslocar corpos, mas arrancar sentidos, historicidades e memórias, impondo modos de vida funcionalizados à lógica da acumulação. O que os trabalhadores embarcados vivenciam no Pantanal é expressão contemporânea dessa longa trajetória de expropriação, marcada pelo colonialismo, pela violência do capital e pela negação da pluralidade dos modos de habitar o mundo. Se configura ainda como estratégia de despotencialização dos saberes locais, ao passo que reforça a lógica de concentração do poder territorial nas mãos do capital.

A destruição de habitats e a vulnerabilidade humana, longe de representar um obstáculo, podem abrir novas oportunidades de lucro: chamado por Harvey (2016) "capitalismo do desastre", e na concepção de Mészáros (2011) *desenvolvimento destrutivo*

das forças produtivas. Nesse sentido, a crise ecológica atinge de forma brutal sob os trabalhadores, as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, e personifica a própria dinâmica capitalista, aprofundando processos de descarte e superfluidade, como apontado também por Thomaz Junior (2018; 2023) no contexto brasileiro.

Em uma das entrevistas realizada na comunidade do Passo do Lontra, um trabalhador embarcado afirmou, com contundência, que embora nunca tenha frequentado a escola, se considera "doutor no rio", e alertou que o Rio Miranda caminha para tornar-se o novo Rio Taquari, em referência ao assoreamento deste afluente na região (Referência própria oculta para garantia de avaliação às cegas). Observa-se a denúncia de um saber historicamente silenciado, mas que persiste como resistência diante dos processos de apropriação do território (Porto-Gonçalves, 2023). Como destaca Thomaz Junior (2018), o movimento do trabalho (entendido como os modos pelos quais ele se desloca, se reinventa e se territorializa) também se dá por meio de dinâmicas próprias dos trabalhadores, que podem expressar resistência, ruptura ou reinvenção frente à lógica dominante. É a centralidade política do trabalho que contém os aspectos estruturantes da resistência e os fundamentos teórico-políticos da emancipação de classe (Thomaz Junior, 2023).

Os relatos dos trabalhadores pesquisados revelam aspectos do complexo movimento de tomada de consciência, ao revelarem práticas e saberes que confrontam as formas hegemônicas de apropriação do território e de imposição do controle social, de classe. Em estudo anterior, Thomaz Junior (2018) ponderou considerar as práticas socioculturais que vinculam diretamente as comunidades à memória da terra, compreendendo-a não como mercadoria, mas como território de vida e de existência. Isso implica reconhecer que a perda da terra não representa apenas a perda de um bem material, mas a própria perda das condições de existência.

Para Lukács (2013) esta forma de pensar expressa a práxis humana da consciência do ser social diante do mundo material. No capitalismo, essa potência pode ser capturada, tornando-se uma negação alienada, que distancia o ser humano de si e de sua essência coletiva. De toda maneira, cabe-nos salientar que em contextos de crise ecológica, comunidades camponesas, quilombolas, indígenas e ribeirinhas se reapropriam dessa capacidade de negação ao resistirem à lógica destrutiva do capital. Por meio da memória, dos saberes tradicionais, da solidariedade, das lutas territoriais e das organizações comunitárias, esses sujeitos exercem uma negação consciente do mundo alienado, afirmando, em suas práticas, outras possibilidades de existir e de conviver com a natureza.

Talvez estejamos diante de um dos pontos mais significativos do pensamento de Lukács (2013) para a análise do trabalho embarcado e tantos outros trabalhos tradicionais, pois ele permite compreender tanto as formas de alienação que atravessam esses trabalhadores quanto às possibilidades de resistência e reapropriação de sua práxis,

mesmo em contextos marcados pela exploração, fragmentação e a crise ambiental em curso. Cabe-nos refletir sobre como esse trabalho tem se organizado, como ocupa espaço, se faz reconhecer nesse processo e resiste no território diante das lutas e disputas que atravessam sua existência.

Infere-se ainda que a natureza oferece uma das bases materiais para a geração de excedentes, em um projeto de saque em escala global naquilo que entendemos enquanto acumulação por espoliação (Harvey, 2014). Transformá-la em propriedade privada é transformá-la em objeto de compra e venda. Em consequência disso, nega-se outras formas de apropriação da natureza que não se orientam sob a lógica do capital. “À medida que essa base se tornar firme, e homens e mulheres estiverem separados (expropriados) das condições naturais essenciais para sua reprodução, cada um se tornará vendedor de sua capacidade de trabalho e comprador de mercadorias” (Porto-Gonçalves, 2019, p. 67).

O que se vê é um processo de desterração no sentido mais profundo do termo: não apenas uma expulsão física, mas a desarticulação das condições materiais e simbólicas que sustentam a vida e o trabalho nesses territórios. A reconfiguração imposta pelo capital fragmenta o pertencimento, subordina os sujeitos às formas precárias de inserção e rompe a relação orgânica entre trabalho, território e natureza, pilares que estruturam modos de existência historicamente enraizados.

Considerações Finais

Este texto se propôs refletir sobre a crise ecológica, expressão da crise estrutural do capital, enfatizando suas contradições e limites. Nessa perspectiva, defendemos que a crise ecológica não é um fenômeno externo ao sistema, mas uma condição inerente à sua reprodução ampliada e destrutiva. Ou seja, o próprio sistema gera e mantém a crise, a fim de reestruturar suas bases produtivas, desrespeitando os limites dos ciclos naturais. A crise constitui uma condição para o desenvolvimento e perpetuação desse modelo de sociedade no território.

Em síntese, quanto mais a crise se intensifica, maior se torna a exploração/subordinação do trabalho e a destruição dos recursos naturais. Assim, territórios são subjugados à economia de livre mercado, presos a dívida externa e suscetíveis a intervenções políticas e econômicas. Essas questões, embora ligadas a um cenário global, intensificam as hierarquias no território. Na escala local, presenciamos verdadeiras guerras, lutas e disputas desiguais pelo acesso aos bens comuns, sobretudo à natureza.

No centro de tudo isso, o trabalho vivo permanece em constante fragmentação e cooptação, afinal dele provêm tanto o valor de uso quanto o de troca. O que nos cabe afirmar é que o trabalho permanece como elemento central, não apenas como força

produtiva explorada, subordinada, mas como dimensão simbólica e territorial da humanidade, profundamente impactada pelas reconfigurações impostas pela lógica destrutiva do capital. Ao analisarmos o caso do trabalho embarcado no Pantanal Sul, percebemos como esta crise se entrelaça às dinâmicas do capital, condicionando novas formas de precarização do trabalho.

A destruição dos ciclos naturais, indispensáveis ao trabalho embarcado, evidencia a dialética apontada por Harvey (2016), em que capital e natureza não se relacionam por mera dominação, mas por processos de transformação. O trabalho embarcado enfrenta, neste momento, uma forma de desterroamento marcado não apenas pela degradação material, mas também pela desconstrução simbólica do próprio exercício do trabalho, historicamente vinculado ao afeto, à memória e ao pertencimento ao bioma pantaneiro, às subjetividades relacionadas aos vínculos com a terra e a água. Esse processo desestabiliza os significados sociais e territoriais que sustentavam a permanência desses sujeitos, fragmentando suas formas de existência e produzindo deslocamentos ou desterroação, que revelam as engrenagens mais profundas desta crise.

Torna-se evidente que a separação entre homem e natureza é uma estratégia intencional do capital para garantir a territorialização de seus interesses. Reafirmar o vínculo entre trabalho, natureza e território, portanto, é uma tarefa necessária, não apenas para compreender o desterroamento dos trabalhadores embarcados, mas para compreender as novas formas de imposição do capital e visualizar possibilidades de resistência desses sujeitos. Cabe ainda pontuar que estes conflitos estão também ligados à disputa pelo acesso a água e a terra, ou por recursos estratégicos, marcada pela concentração fundiária, pela expropriação de comunidades e pelo controle privado de bens comuns, reforçando a lógica de acumulação do capital.

Isso implica reconhecer que a crise ecológica incide de forma desigual sobre os diferentes grupos sociais, aprofundando as clivagens de classe, raça e território. Os trabalhadores, em especial, experimentam de maneira mais agressiva os impactos dessa crise, uma vez que suas condições de existência e mobilidade são diretamente atravessadas pela precarização estrutural que os afeta. Por fim, os estudos sobre crise ecológica e trabalho demandam novas abordagens de pesquisa, capazes de articular as dimensões ecológicas, territoriais e sociais da degradação. É preciso compreender como o capital reconfigura o espaço, precariza e controla o trabalho a partir da destruição das condições de existência, considerando que, acima de tudo, o trabalho assume centralidade política quando resiste e expressa identidade de classe.

Esse movimento contraditório nos requer atentos à realidade social e sintonizados na continuidade das pesquisas.

Referências

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. 7. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

ALMEIDA, Noslin de Paula. **Segmentação do turismo no Pantanal brasileiro**. Campo Grande, MS: UFMS, 2007.

ANA – AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO. **Atlas irrigação: uso da água na agricultura irrigada**. 2. ed. Brasília: ANA, 2021. 130 p.

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE SOJA E MILHO DE MATO GROSSO DO SUL. **Portal SIGAWeb – Sistema de Informações Geográficas do Agronegócio**. Disponível em: <https://portal-sigaweb-aprosojams.hub.arcgis.com/>. Acesso em: 25 jun. 2025.

BRASIL. **Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai (PCBAP)**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1997. 3 v.

BRASIL, João Felipe Domingues. **Povos indígenas e expedições de conquista no Pantanal do século XVI**. 2015. 97 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2015.

CHIARAVALLOTI, Rafael Morais; CATELLA, Agostinho; SIQUEIRA, Andre Luiz. **Pesca profissional artesanal no Pantanal Sul: histórico, manejo dos recursos e recomendações para a sustentabilidade**. Biodiversidade Brasileira, v. 12, n. 2, 2022.

DUTTON, Aline Pereira. **Trabalho e gênero: trabalhadores e trabalhadoras embarcados na pesca turística no Pantanal mato-grossense**. 2019. 123 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto; GENTILE, Chiara; AZEVEDO, Aldemir Inácio de; SANTANA, Marcelo Ismar (fot.). **Biodiversidade e ocupação humana do Pantanal mato-grossense: conflitos e oportunidades**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2013. 260 p.: il. Disponível em: https://issuu.com/acaiapantanal/docs/biodiversidade_e_ocupa_o_humana_/1. Acesso em: 2 abr. 2025.

GALDINO, Sérgio; GREGO, Célia Regina; SILVA, J. **Distribuição espacial da erosividade da chuva na Bacia do Alto Paraguai, Brasil**. In: SIMPÓSIO DE GEOTECNOLOGIAS NO PANTANAL, 5., 2014, Campo Grande. **Anais...** Campinas: Embrapa Informática Agropecuária; São José dos Campos: INPE, 2014. p. 211–219.

GIRARD, Pierre. **Efeito cumulativo das barragens no Pantanal**. Campo Grande, MS: Instituto Centro Vida, 2002. p. 1–28.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. Tradução de Rogério Bettoni. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Malhas territoriais**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html>. Acesso em: 20 jun. 2025.

IPCC – PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS. **Agricultura, florestas e outros usos da terra (AFOLU)**. In: **Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas – Grupo de Trabalho III: Mitigação da**

Mudança Climática. Genebra: IPCC, 2022. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg3/>. Acesso em: 11 jun. 2025.

KLEIN, Naomi. **This changes everything: capitalism vs. the climate**. New York: Simon & Schuster, 2014.

LEFF, Enrique. **Ecologia política: da desconstrução do capital à territorialização da vida**. 1. reimpr. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2023.

LUKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social**. v. 1. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Mário Duayer; Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAPBIOMAS. **Nota técnica: seca extrema e incêndios no Pantanal em 2024**. São Paulo: Rede MapBiomias, 2024. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/notas-tecnicas/>. Acesso em: 5 jul. 2025.

MAPBIOMAS. **Coleção 9 da série anual de mapas de cobertura e uso da terra do Brasil (1985–2023)**. São Paulo: Rede MapBiomias, 2024. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/colecoes-mapbiomas/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

MATO GROSSO DO SUL. **Decreto n.º 7.122, de 17 de março de 1993**. Considera Estradas Parque trechos de rodovias estaduais da região do Pantanal e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 17 mar. 1993.

MARX, Karl. **Cadernos de Paris & manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELO, Danilo Souza; MENDONÇA, Marcelo Ribeiro; NARDOQUE, Sedeval. Questão agrária e incêndios florestais no Pantanal brasileiro. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 20, n. 59, p. 1–24, 2025.

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado**. Tradução de Maria Izabel Lagoa. São Paulo: Boitempo, 2015.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MORETTI, Edvaldo Cesar. **Paraíso visível e real oculto: a atividade turística no Pantanal**. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2006.

MORAES, Antônio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia crítica: a valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1987.

NEVES, Joser Cleyton; SANTOS, Thiago Araujo. A superexploração da força de trabalho nas agroindústrias de celulose em Três Lagoas/MS: um olhar para os riscos e acidentes de trabalho. **GEOgraphia**, Niterói, v. 27, n. 59, 2025. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/62168>. Acesso em: 26 jan. 2026.

OLIVEIRA, André Luis Amorim de; NEVES, Joser Cleyton. Transferência de valor e agronegócio: as Timber Investment Management Organizations (TIMO) no complexo eucalipto-celulose-papel em Mato Grosso do Sul (MS) – Brasil. **Revista NERA**, v. 27, n. 4, p. e10625, 2024.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de; VIANA, Sibeli Aparecida. **O Centro-Oeste antes de Cabral**. Revista USP, n. 44, p. 142–189, 1999.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental**. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

ROSS, Jurandyr. **Geografia do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2005. 546 p.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Conflitos territoriais, relações de trabalho e saúde ambiental no agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP). **Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 16, 2012.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. **Movimento territorial do trabalho e desterritorialização do sujeito/classe**. In: PERPÉTTUA, Guilherme Marini; THOMAZ JUNIOR, Antonio (org.). **Geografia e trabalho no século XXI**. v. 9. Presidente Prudente, SP: FCT/UNESP, 2018.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Geografia do trabalho por inteiro. **PEGADA**, v. 19, n. 2, 2018.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Novos territórios da degradação sistêmica do trabalho (em tempos de desproteção total e inclusão marginal institucionalizada). **Terra Livre**, v. 1, n. 52, p. 234–277, 2019.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. **Geografia do trabalho em construção: desafios teóricos e praxis de pesquisa**. In: ANTUNES, Ricardo; NOGUEIRA, Cláudio Marques (org.). **Ricardo Antunes: para além do mundo do trabalho**. Campinas: Papel Social, 2023. p. 279–312.

WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION. **WMO greenhouse gas bulletin – No. 20: the state of greenhouse gases in the atmosphere based on global observations through 2023**. Geneva: WMO, 2024. Disponível em: https://www.unclearn.org/wp-content/uploads/library/GHG-20_en-2.pdf. Acesso em: 11 jun. 2025.

WWF-BRASIL. **Entenda as verdadeiras causas das queimadas no Pantanal**. Brasília: WWF, 25 set. 2020. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?89620/Entenda-as-verdadeiras-causas-das-queimadas-no-Pantanal>. Acesso em: out. 2025.

ZANATTA, Silvia Cristina Santana; MACIEL, Josemar de Campos. Pantanal ameaçado: a construção de represas e a insignificância da energia hídrica produzida. **Interações (Campo Grande)**, v. 22, n. 2, p. 333-348, 2021.

Sobre os autores

Tatiane Aparecida Dreger de Souza Fernandes – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Três Lagoas. Docente no curso de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), campus de Campo Grande. **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0003-4638-3871>.

Antonio Thomaz Junior – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) campus de Rio Claro. Mestrado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP).

Livre Docente em Geografia do Trabalho e Titular em Geografia do Trabalho junto ao Departamento de Geografia Universidade Estadual Paulista (UNESP) campus de Presidente Prudente. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-1015-2257>.

Thiago Araujo Santos – Graduação em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestrado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Três Lagoas, atuando nos cursos de Graduação e Pós-Graduação (mestrado e doutorado) em Geografia. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-1305-0301>.

Como citar este artigo

FERNANDES, Tatiane Aparecida Dreger de Souza; THOMAZ JUNIOR, Antonio. SANTOS, Thiago Araujo. Crise ecológica e desterreiação do trabalho embarcado no Pantanal Sul-Mato-Grossense. **Revista NERA**, v. 29, n. 1, e11249, 2026. <https://doi.org/10.1590/1806-675520262911249>.

Declaração de disponibilidade de dados da pesquisa

Acerca da disponibilidade dos dados da pesquisa, os(as) autores(as) do manuscrito informam que:

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores **Tatiane Aparecida Dreger de Souza Fernandes**, **Thiago Araujo Santos** e **Antonio Thomaz Junior**. A autora **Tatiane Aparecida Dreger de Souza Fernandes** foi a responsável pelas funções de redação, revisão, rascunho original e edição. O segundo e terceiro autores **Antonio Thomaz Junior** e **Thiago Araujo Santos** foram responsáveis pelas funções de redação e revisão.

Recebido para publicação em 01 de novembro de 2025.

Devolvido para revisão em 13 de janeiro de 2026.

Aceito a publicação em 24 de fevereiro de 2026.

O processo de editoração deste artigo foi realizado por Lorena Izá Pereira.
